

Encontro em Fátima

Bispos pedem menos penalização para os mais pobres

● O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), D. Jorge Ortiga, dirigiu ontem, em Fátima, um apelo ao Governo “para que as classes mais desfavorecidas sejam menos penalizadas e mais ajudadas”. Falando na abertura da assembleia da CEP, o arcebispo de Braga referiu-se duramente à actual situação social e económica.

“As novas gerações não têm expectativas em relação ao futuro, quer pela falta de trabalho, quer por falta de horizontes para a vida”, denunciou. E referiu: “Cada vez mais os centros sociais e lares se enchem de pessoas que já não têm lugar à mesa das suas famílias, tanto por razões de ordem laboral e económica, como pela banalização dos laços familiares.”

O Estado e o Governo “não são os únicos responsáveis no Governo da nação”, antes é necessária a colaboração de “todas as forças e todos os quadrantes” em ordem ao bem comum. Por isso o bispo manifestou a sua “perplexidade pela falta de verdade nos centros de decisão da gestão pública, pela ausência de vontade em solucionar os desafios actuais e pela ânsia obsessiva do lucro que conduz à desumanização da vida”.

Jorge Ortiga criticou ainda as “querelas pessoais e jogos político-partidários pouco transparentes, que aprisionam os líderes aos interesses instalados nas estruturas público-privadas”. E acrescentou que “a comunidade humana não pode pactuar com a teoria

dos consensos políticos mínimos que geralmente não resultam em soluções sustentadas”.

Apelando “à partilha e à solidariedade de todos, sabendo que a sociedade espera gestos concretos da Igreja neste campo”, o presidente da CEP disse que a Igreja deve “estar presente nos lugares onde a vida do próximo é precária e banalizada”.

No final, o arcebispo de Braga manifestou-se ainda contra as “tentativas de estatização, que pretendam conquistar o terreno do ensino particular e cooperativo, nomeadamente à Igreja”. Essas tentativas, acrescentou, “violam” o “princípio fundamental de uma sociedade livre e democrática” e põem em causa o “fundamental di-

reito da liberdade de ensino”, consignado na Constituição. Estando o país num tempo de restrições económicas, “seria um desperdício e esbanjamento imperdoáveis desproteger as escolas particulares que poupam ao Estado verbas avultadíssimas”.

O presidente da CEP referia-se à decisão da semana passada do Conselho de Ministros, de renegociar os contratos entre o Ministério da Educação e as escolas particulares, com o objectivo de reduzir a despesa pública.

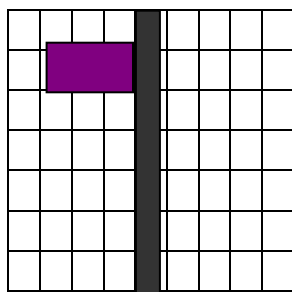
Os bispos debatem, até quinta-feira, o eventual alargamento de iniciativas sociais da Igreja e o reforço do Fundo de Solidariedade anunciado pela Comissão Episcopal de Pastoral Social em Julho. **António Marujo**

Meio: Público

Data: 09-11-2010

Página: 8

Mancha na página:



Diário de Leiria

Câmara de Ourém investe 880 mil euros no antigo edifício

Autarca de Ourém considera edifício um ex-libris

■ A Câmara de Ourém vai recuperar os antigos Paços do Concelho, um investimento orçado em 880 mil euros que no futuro vai acolher os espaços de decisão política do município.

O presidente da autarquia, o socialista Paulo Fonseca, disse à agência Lusa que se trata de um “edifício importante que deve ser preservado”, classificando-o mesmo como “um ex-libris da arquitectura e da simbologia do concelho”. Paulo Fonseca admitiu que os actuais Paços do Concelho, inaugurados em Junho do ano passado, “não têm funcionalidade”, reconhecendo ainda ser necessário dar “dignidade”, por exemplo, ao funcionamento da



OBRAS nas antigas instalações é para serem preservadas

assembleia municipal, que necessita de um auditório. De acordo com a câmara, o antigo edifício vai acolher, no rés-do-chão, um auditório e um salão nobre que o autarca acredita que será “a sala de visitas do município”. Já no primeiro andar está prevista a instalação dos gabinetes da presidência, da vereação e dos respectivos espaços de apoio.

No exterior, o projecto contempla a instalação de um elevador

para pessoas com mobilidade reduzida, estando igualmente programado um corredor que vai ligar, ao nível do primeiro andar, os velhos e os novos Paços do Concelho. “Como o antigo edifício está junto dos novos Paços do Concelho promovemos esta ligação que se enquadra arquitectonicamente”, declarou Paulo Fonseca, considerando que, embora a obra não seja “uma prioridade da autarquia”, está em

vigor o Quadro de Referência Estratégico Nacional e esta “é uma forma de aproveitar eventuais fundos”.

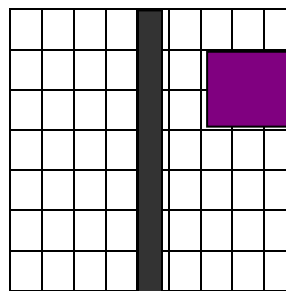
A antiga sede da autarquia, para a qual chegou a existir um estudo prévio para a instalação do arquivo histórico municipal, está agora ocupada pelo Agrupamento de Escolas de Ourém, na sequência de obras na escola básica e secundária, pela Universidade Sénior e pelo Lions Clube. Os novos Paços do Concelho, investimento de 7,5 milhões de euros, foram inaugurados em Junho de 2009 pelo Presidente da República, com o objectivo de concentrar quase todos os serviços municipais que se encontravam dispersos pela cidade. Então, estava previsto que o edifício, onde iriam trabalhar cerca de 130 pessoas, passasse a albergar todos os serviços municipais, à excepção da biblioteca, arquivo histórico, estaleiros, apoio ao museu e empresas municipais.

Meio: Diário de Leiria

Data: 09-11-2010

Página: 9

Mancha na página:



Assis e Seguro marcam posição no PS

Líder parlamentar ganhou pontos no Orçamento. Seguro fez prova de força na bancada

Susete Francisco
susete.francisco@sol.pt

NUMA altura de descontentamento interno com a estratégia do Governo, Francisco Assis e António José Seguro reforçam as suas posições e o capital político no PS.

A gestão do dossiê do Orçamento do Estado (OE) feita pelo Governo causou mossa no PS. Após semanas em constante 'troca de galhardetes' com o PSD, até os socialistas já se queixavam de «cansaço» e «desgaste» com a estratégia de permanente guerrilha em torno do Orçamento. Com uma excepção: Francisco Assis, apontado como possível candidato à sucessão de José Sócrates, sai deste debate sob o elogio dos seus pares, apontado como um «moderador» no meio das declarações 'incendiárias' de outros dirigentes.

O contraste de discursos entre os socialistas foi-se repetindo ao longo do último mês e teve mais um episódio no debate parlamentar desta semana. Nas palavras de um deputado socialista, a intervenção de Assis, como a da ex-líder social-democrata Manuela Ferreira Leite, «foram uma espécie de momento 'ajudem-nos a sair daqui-com-dignidade'».

O tom do líder parlamentar não foi coincidente com o do Governo, mas foi bem recebido pela bancada. A prova disso foi a salva de



Francisco Assis e António José Seguro: os dois possíveis candidatos à sucessão de José Sócrates na liderança vão marcando espaço no PS

palmas dispensada pelo grupo parlamentar a Francisco Assis, o que não se repetiu após a intervenção final do ministro da Defesa que, falando momentos an-



Discurso de Assis foi uma espécie de momento 'ajudem-nos a sair daqui-com-dignidade'

tes da votação do Orçamento, voltou novamente a subir o tom do confronto. A reacção ao discurso de Augusto Santos Silva foi bem menos efusiva - vários deputados permaneceram sentados e sem aplaudir. Explicação de um parlamentar: «Um discurso daqueles não faz sentido nesta altura». De outro: «É uma retórica desenquadrada da realidade do país».

Uma reacção que teve tradução na reunião de ontem do grupo parlamentar, com Assis a ouvir elogios pela sua prestação. E o próprio lí-

der da bancada reconheceu que tem sido chamado a um maior protagonismo nesta segunda passagem pela liderança dos deputados (a primeira foi no consulado de António Guterres).

Tensão na bancada

Com o OE aprovado na generalidade, a semana teria corrido de feição a Assis não fosse... António José Seguro. Anunciado candidato à sucessão de Sócrates, o deputado socialista protagonizou quarta-feira a maior fractura vista na

bancada na presente legislatura. A divisão foi transportada para a reunião de ontem dos deputados, onde Seguro foi dizer que não vota «leis de olhos fechados», particularmente em áreas essenciais para a democracia como o financiamento dos partidos e combate à corrupção. Assis classificou o episódio como um «incidente», mas uma situação «normal» em política. Ainda assim, admitiu avançar com alterações no funcionamento do grupo parlamentar.

Na quarta-feira, descon-

tente com o pouco tempo para analisar o diploma que altera o financiamento dos partidos (distribuído no dia anterior), e com algumas das mudanças introduzidas, Seguro pediu o adiamento da votação. E foram nada menos do que 35 os deputados que se lhe juntaram. Já a direcção da bancada (com excepção de dois votos) votou contra, tendo ao seu lado os restantes 60 deputados. Na votação do projecto, Seguro e mais sete parlamentares optaram pela abstenção.

com Helena Pereira

Meio: SOL
Data: 05-11-2010

Página: 13
Mancha na página:

